



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO SUPERIOR DO IFMT**

DATA: 29/03/2016

HORÁRIO: Das 08h30min às 12h30min

LOCAL: Auditório da Reitoria do IFMT

PRESENCAS

CONSELHEIROS TITULARES

NOME	REPRESENTAÇÃO
José Bispo Barbosa	Presidente
Ruy de Oliveira	Docente
Maria Anunciata Fernandes	Docente
Claudionor Nunes Cavalheiro	Docente
Waldineia Lemes da Cruz Alves	Docente
Francioly Marcos Batista Siqueira	Docente
Ali Veggi Atala Junior	Técnico-Administrativo
Vinícius de Moraes Arantes	Técnico-Administrativo
Claudia Marques da Paz dos Santos	Técnico-Administrativo
Evertom Almeida da Silva	Técnico-Administrativo
Evandro Maciel Garcia	Técnico-Administrativo
Matheus Ribeiro de Moura	Discente
Gabriel Vinícius Benitez	Discente
André Luis Sodré Fernandes	Discente
Samuel Faria Ferreira	Discente
Osvaldo Júnior Cavalcante Silva	Discente
Celso Oliveira Lima Júnior	Egresso
Silvania Maria de Holanda	Sociedade Civil – FIEMT
Irone Galindo Cademartori	Sociedade Civil – FECOMÉRCIO
Luiz Simão Staszczak	Ministério da Educação
Dimorvan Alencar Brescancim	Colégio de Dirigentes
Glauca Mara de Barros	Colégio de Dirigentes
Suzana Aparecida da Silva	Colégio de Dirigentes

CONSELHEIROS SUPLENTE (EM TITULARIDADE NESTA REUNIÃO)

NOME	REPRESENTAÇÃO
José Luiz de Siqueira	Colégio de Dirigentes
Celso Sebastião Cruz	Sociedade Civil – SRTE/MT

CONSELHEIROS SUPLENTE (SEM DIREITO A VOTO NESTA REUNIÃO)

NOME	REPRESENTAÇÃO
Diogo Italo Segalen	Docente
Quézia Pereira Borges	Docente
Pedro Gabriel Gomes	Técnico-Administrativo
Maria Moreira de Carvalho	Técnico-Administrativo
Willians Gonçalves Dias	Técnico-Administrativo
Luiz Pereira da Costa	Técnico-Administrativo
Gabriel Oliveira da Costa	Discente
Wellington Junior da Silva	Discente
Aline Alves Souza	Discente

CONVIDADOS/OUTROS

Renata Bueno Contrera	Auditoria Interna
Tulio Marcel Figueiredo	Pró-Reitoria de Administração
Vandervanio Osni dos Santos	Pró-Reitoria de Administração
Fabrcio Rodrigues	Pró-Reitoria de Administração
Ghilson Ramalho Correa	Pró-Reitoria de Ensino
Levi Pires de Andrade	Pró-Reitoria de Extensão
Wander Miguel de Barros	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

REDATOR DA ATA DO CONSUP/IFMT

Ewerton Viegas Romeo	Revisor de Textos
----------------------	-------------------

SECRETÁRIA DO CONSUP/IFMT

Nádia Louise Dias de Sousa Freitas	Assessora da Reitoria
------------------------------------	-----------------------

PAUTA

1 - LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA

Foi feito pedido de alteração da Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 03/03/2016, pelo conselheiro Ruy de Oliveira, o que foi atendido, sendo aprovada a ata.

2 - INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 - José Bispo Barbosa (Presidente)

- Apresentou a pauta da reunião, a primeira sob a gestão dos novos conselheiros, que foram empossados ontem, 28 de março de 2016.

2.2 – Justificativa de Ausência de Conselheiros

- a) Sebastião Martins (Força Sindical) – Viagem
- b) Mariza Souza (Força Sindical) – Problema de Saúde

3 - ORDEM DO DIA

- Apreciação do Relatório de Gestão do IFMT – Exercício 2015

Comissão Relatora:

Maria Anunciata – Docente

Cláudia Marques – Técnico-administrativo

Osvaldo Júnior – Discente

Glaucia Barros – Colégio de Dirigentes

Antes da apresentação da relatoria pela comissão, designada por meio do Ofício nº 001/2016/Consup, Glaucia Barros contextualizou informando que o grupo se reuniu para discutir o documento, e contou, quando solicitado, com o apoio de alguns membros da Pró-Reitoria de Administração, entre eles o pró-reitor.

Glaucia Barros expressou que o IFMT, por ser considerado um instituto que não apresenta incidência de irregularidades, não terá suas contas julgadas. Ela ressaltou, entretanto, que há normativa que explicita que o relatório deve ser apresentado ao conselho superior e à comunidade mesmo quando da isenção de prestação de contas, destacando que tal ação já era realizada antes mesmo da expedição da normativa.

Em seguida, a comissão iniciou a relatoria expondo as finalidades do relatório de gestão, como a autorreflexão sobre a gestão, demonstração da condução da gestão, a realidade dos campi, bem como a apresentação do investimento de recursos à sociedade. Foram demonstradas também as normativas que embasaram a elaboração do relatório e, ainda a composição do documento, que contém oito capítulos e os anexos.

Posteriormente, a equipe indicou as principais metas da área de ensino, de pesquisa, de extensão, de administração e de gestão de pessoas, apontando tanto aquelas que foram atingidas quanto as que ainda estão em execução ou não foram efetuadas. De modo geral, os membros da comissão relataram que houve avanço significativo em todas essas áreas, o que, conseqüentemente, contribuiu para o desenvolvimento da instituição. Eles enfatizaram que fica, contudo, evidente que há muitos desafios ainda para serem superados, como a necessidade de se buscar ações mais contundentes que promovam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tripé do instituto.

Entre as proposições de alteração no documento, a comissão indicou a inclusão de coluna do quadro de doutores da instituição (pág. 392) e revisão da numeração referente à relação aluno/docente em tempo integral do Campus Sorriso (pág. 150).

Ante o exposto, a comissão parabenizou o trabalho da equipe responsável pela elaboração do documento, e relatou **parecer favorável à prestação de contas anual do IFMT – exercício 2015**, estando o documento em condições de ser submetido e aprovado por este conselho.

Na sequência, o presidente abriu espaço para que os conselheiros pudessem se posicionar acerca do parecer da comissão e de pontos do relatório de gestão.

O conselheiro Ruy de Oliveira inicialmente lembrou ao presidente que, conforme consta no regimento interno do Consup, a primeira parte da reunião é facultada aos conselheiros fazer informes, solicitar esclarecimentos e fazer pedidos. O conselheiro leu o artigo 18 do regimento, que consta tal prerrogativa. Como o presidente não havia oportunizado esse momento na reunião, o conselheiro Ruy de Oliveira perguntou-lhe se os seus assuntos poderiam ser abordados naquele momento ou depois da votação do relatório de gestão. O presidente respondeu que poderia ser deixado para depois da votação do relatório.

Na sequência o conselheiro parabenizou a equipe responsável pela elaboração do relatório, reconhecendo as dificuldades de se construir um documento dessa magnitude. Ele lamentou o fato de o presidente, na

reunião anterior, não ter acatado a sua proposta de criação de uma comissão composta por membros do Conselho para fazer a relatório do relatório de gestão. Ainda assim ele disse que a apresentação feita pela comissão constituída fora do plenário do Conselho foi válida, e parabenizou os membros da comissão pela exposição do conteúdo do documento.

O conselheiro Ruy de Oliveira começou então as suas ponderações acerca do relatório. Inicialmente ele disse que alguns dos aspectos que ele havia ponderado e sugerido no relatório de gestão do ano anterior foram contemplados nesse relatório, mas outros ainda carecem de aprimoramentos.

O conselheiro explicou que o seu olhar para o relatório de gestão abrange os seguintes aspectos: i) a evasão, que está muito alta dentro do IFMT; ii) a quantidade de servidores que parece estar insuficiente, conforme relatado em vários pontos do relatório; iii) o equilíbrio entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, com vistas a se consolidar uma educação com qualidade, o que requer ações efetivas para se institucionalizar isso no IFMT; iv) a qualidade de vida ofertada aos servidores do IFMT, porque isso hoje está muito deficitário, com vários servidores afastados por problemas de saúde diversos, como a depressão, e isso é extremamente danoso para qualquer instituição; v) o aporte de recursos, que não deve se limitar ao Ministério da Educação como fonte única de recurso, mas novas ações frente aos outros ministérios devem ser desenvolvidas, e para isso os trabalhos de pesquisa e extensão têm de ser verdadeiramente consolidados na instituição.

Em relação aos itens do relatório do ano anterior, que no entendimento do conselheiro não foram aprimorados, ele citou: i) a baixa qualidade de alguns gráficos; ii) o percentual menor do que 0,5% para a pesquisa, embora haja previsão de no mínimo 3% para essas ações neste ano; iii) a obtenção de mais um procurador federal, pois o atual parece estar muito sobrecarregado; iv) a inclusão da identificação das empresas que prestaram serviço para o IFMT e não apenas o CNPJ, nos dados mostrados em várias partes do relatório; v) a nomeação de um coordenador para tratar da evasão, conforme recomendação da CGU; vi) a adequação dos ambientes de trabalho, sobretudo dos campi antigos como o campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva.

Ruy de Oliveira pediu explicações para a devolução de 115 mil reais dos recursos que seriam gastos com a aquisição de acervo bibliográfico, pois apenas 20 mil reais foram gastos com essas aquisições. Ele entende que isso é crítico sobretudo para os novos campi que têm deficiências desses materiais.

O conselheiro apontou que muitas despesas estão ficando na condição de “restos a pagar” (dívidas de exercícios anteriores) e a justificativa está sobre o forte processo de expansão do IFMT desde 2010. Ele indagou se isso é sensato e o porquê do Consup não ter sido consultado acerca da expansão, visto que tal situação certamente afetará a qualidade dos cursos da instituição ofertados no estado de Mato Grosso.

O conselheiro comentou que o relatório mostra muitos cursos com baixa demanda, com relação alunos/vaga abaixo de 1, o que certamente é muito grave, uma vez que isso revela não apenas a baixa atratividade dos nossos cursos mas também a elevação do custo da nossa instituição.

Ele sugeriu que um setor para tratar dos PADs (Processo Administrativo Disciplinar) fosse criado, dada a importância desse tipo de trabalho.

O conselheiro comentou que o orçamento do IFMT em 2015 foi de 377 milhões, dos quais 77% foram gastos com pessoal e encargos sociais. No ano anterior esse percentual foi de cerca de 60%. Ele disse que em 2015 menos de 30% do orçamento da instituição foi utilizado para manter e desenvolver a instituição. Ele indagou se essa situação se repetiu em outros IFs, e disse que a falta de tais informações dificulta aos conselheiros saber se tudo isso não está comprometendo a nossa expansão em curso. O conselheiro acrescentou que ele já havia cobrado, no relatório do ano passado, o organograma dos campi e a devida alocação de pessoal, pois isso é fundamental para que os conselheiros possam avaliar a real condição de

funcionamento dos campi atualmente, no que se refere a distribuição de pessoal.

Considerando que há campi avançados vinculados à reitoria e outros vinculados a outros campi, o conselheiro Ruy de Oliveira indagou sobre os critérios que estão sendo empregados nessas decisões, visto que isso não passou pelo Conselho. Ele reforçou que sob o seu ponto de vista essas questões estão no âmbito do Conselho e o correto manuseio do assunto possibilitaria aos conselheiros inclusive ajudar o reitor a conduzir a instituição da melhor forma possível. Disse ainda que os conselheiros devem se ater ao mérito de cada assunto e não em quem está propondo.

O conselheiro criticou o fato de o Campus Cuiabá não ter se beneficiado da expansão, pela qual o IFMT vem passando nesses últimos anos, para se estabelecer numa nova área com amplo espaço que garanta o seu pleno desenvolvimento. Ele argumentou que, por falta de espaço físico, o campus Cuiabá não tem como ofertar cursos de mestrado nem salas próprias para seus pesquisadores, entre outros. Segundo o conselheiro, o relatório de gestão aponta que o campus Cuiabá, apesar de ser o mais antigo de todos e de possuir mais servidores, tende a se tornar o menor campus do IFMT. Ele disse que já conversou com o Diretor Geral do campus sobre o assunto e entende que é papel da reitoria, por meio de suas pró-reitorias, monitorar e incentivar essas ações e, assim, garantir que o IFMT se desenvolva como um todo.

O conselheiro Ruy de Oliveira questionou o gasto com alocação de imóveis para sediar a reitoria, considerando que no ano passado foi alocado um segundo imóvel para a reitoria, totalizando mais de R\$ 1.000.000,00 de gasto por ano. O conselheiro esclareceu que ele já vem falando disso há cerca de 4 anos, e que a reitoria informou ao Consup em dezembro de 2014 que havia decidido pela construção da sede própria, conforme registrado em ata. O conselheiro entende que esse dispêndio está gerando prejuízos para a instituição, e perguntou até quando essa situação perdurará.

Ele comentou sobre a verticalização do ensino no IFMT, a qual pressupõe que os nossos alunos do nível médio permaneçam na instituição para cursar os nossos cursos superiores e posteriormente nossos cursos de pós-graduação. O conselheiro citou o exemplo do campus Cuiabá, onde vários alunos dos nossos cursos superiores não se sentem verdadeiramente numa instituição de ensino superior, sobretudo por falta de planejamento organizacional, em parte por falta de espaço físico, o que impede que os alunos do ensino superior tenham ambiente propício para tal nível de ensino. Ele disse que o relatório de gestão não deixa claro o que está sendo feito para mudar essa realidade.

O conselheiro comentou a meta mostrada no relatório, segundo a qual o IFMT intenciona aprovar seis cursos de mestrado até o ano de 2019. Na opinião do conselheiro essa meta dificilmente será alcançada, pois a instituição precisa fazer muito mais, no que se refere ao aumento de sua produção científica, para alcançar tal meta. Disse ainda que isso só ocorrerá se houver uma mudança de paradigma radical que garanta condições básicas aos pesquisadores do IFMT, como espaço físico próprio e carga horária adequada, entre outros.

Ele reiterou o que ele tinha dito no relatório do ano anterior no sentido de que os conceitos obtidos pelos nossos cursos superiores, nas avaliações do INEP, sejam incluídos no relatório de gestão. Ele entende que isso não é obrigatório mas enriquece o relatório, uma vez que as avaliações dos cursos do IFMT exprimem a qualidade da educação ofertada pela nossa instituição, e tudo o que se faz dentro do IFMT objetiva boa avaliação para todos os seus cursos.

O conselheiro falou também sobre a Diretoria de Relações internacionais, que foi criada no ano passado, mas não dispõe de dados no relatório. Ele perguntou se tal Diretoria já está trabalhando na criação dos centros de idiomas como peça fundamental para as parcerias internacionais

O Conselheiro Vinícius Arantes disse que o documento necessita ainda de algumas adequações formais, como ajustes gramaticais e melhor tratamento visual em determinados gráficos e figuras.

Em seguida, ele expressou que a partir da análise do relatório fica evidenciada a necessidade de

intensificar as ações relacionadas à qualidade de vida de servidores, promovendo ações destinadas a todos os campi, inclusive ações voltadas à saúde mental.

O conselheiro apontou que o relatório apresenta dados inconsistentes em relação ao prazo de publicação da portaria e de instauração da comissão permanente responsável pela sindicância administrativa e processo administrativo disciplinar. Ele enfatizou, nesse contexto, que é fundamental estruturar o trabalho da comissão, e ainda do setor de ouvidoria, de forma que ambos atuem em conformidade.

Vinicius Arantes atentou para a deliberação do tribunal de contas referente à regularização da jornada de trabalho dos servidores que trabalham em setores responsáveis pela execução de tarefas típicas da administração, assinalada no relatório como atendida; o conselheiro expressou que a situação é extremamente delicada, na medida em que, conforme seu relato, há vários setores que atuam com jornada diferenciada daquilo que determina a Portaria IFMT nº. 737/2015, que revoga as normativas anteriores. Nesse sentido, recomendou que seja realizada consulta formal ao TCU, no intuito de discutir e regularizar a situação em todo o instituto.

A Conselheira Suzana Silva parabenizou inicialmente o trabalho dos responsáveis pela elaboração do documento, e manifestou que, em seu ponto de vista, o relatório de gestão deveria ter cunho gerencial. Ela disse, na sequência, que sentiu falta na exposição da relatoria de um posicionamento mais crítico, e menos descritivo, em relação aos indicadores acadêmicos.

O Conselheiro Claudionor Nunes reiterou que o documento revelou a carência de servidores administrativos em pontos estratégicos, o que dificulta a abertura de novos campus. O conselheiro, em seguida, questionou a concretização de ações de sustentabilidade nos novos layouts dos prédios do IFMT, visto que, em seu ponto de vista, alguns procedimentos, principalmente de instalação de equipamentos, não estão condizentes com um desenvolvimento sustentável.

Ele interrogou também sobre quais as providências que estão sendo tomadas pela gestão para melhorar os índices de controle interno relatados pela auditoria interna. Acerca do Q-Acadêmico, Claudionor Nunes indagou sobre qual ação poderá ser realizada para suscitar uma avaliação do sistema quanto a sua aplicabilidade e aceitação por parte dos usuários. O conselheiro indicou também a necessidade de se refletir sobre a realização de cursos *in company* voltados para os docentes.

No que tange ao Pronatec, Claudionor Nunes questionou se os valores de recolhimento/devolução de orçamento do programa, explicitados no quadro 3.7.4 do relatório, referem-se a restos a pagar ou não aproveitamento por parte dos campi.

Apontando o cancelamento da etapa local dos JIFMT em 2015, que tinha como sede o campus Pontes e Lacerda, Claudionor Nunes destacou que os problemas em relação aos jogos, como suspensões e cancelamentos, têm sido frequentes. Nesse sentido, solicitou que os professores de educação física, fomentadores do esporte na escola, sempre fossem consultados, quando da mudança/alteração de datas, pois isso impacta diretamente na conduta dos mesmos frente aos discentes, que ficam desmotivados em participarem, em função dos transtornos.

O Conselheiro Dimorvan Brescancim pontuou que o relatório de gestão do exercício de 2015 evidencia a necessidade de se discutir a autonomia das unidades, considerando o crescente alcance do instituto no estado, e de refletir a profissionalização da execução dos investimentos. O conselheiro falou que o grande desafio do instituto é avançar no ensino, pesquisa e extensão entrelaçadamente, principalmente na modalidade de ensino técnico.

De modo geral, o conselheiro expressou que o ano de 2015 foi positivo, tendo a instituição se destacado no cenário estadual e nacional, no tocante à qualidade dos cursos e desenvolvimento das unidades.

O Conselheiro Ali Veggi apontou o avanço do instituto na área de pesquisa, com os editais de concessão de auxílio financeiro aos pesquisadores, por meio de bolsas. Ele expressou ainda que houve progresso em relação ao Regulamento de Afastamento de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos – RASAC, mas que é necessário, entretanto, discutir a reformulação do documento, visando o seu aperfeiçoamento, com atendimento mais eficiente aos servidores.

Ali Veggi mostrou preocupação com o alto valor de recurso para assistência estudantil não executado, conforme expõe o relatório. O conselheiro enfatizou que a falta de assistência (que contempla bolsas de auxílio, moradia, alimentação etc) é, muitas vezes, determinante para que o aluno não permaneça na instituição até a conclusão do curso, alavancando o índice de evasão.

O conselheiro disse ainda que é fundamental avançar na formação do servidor e recomendou a realização de curso de formação em elaboração de termo de referência, inclusive para docentes, no intuito de que os servidores obtenham maior clareza acerca das aquisições no poder público. Ali Veggi salientou a necessidade de aperfeiçoar a qualidade de vida dos servidores, considerando o número elevado de afastamentos por problemas de saúde.

Outros conselheiros questionaram ainda ao longo da reunião sobre as ações para aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão por meio da carta de serviço, bem como se o ideal não seria a apreciação do relatório pelos antigos conselheiros, em vez dos conselheiros recém-empossados.

Os conselheiros solicitaram que o documento seja, nos próximos anos, encaminhado com maior antecedência, de modo que haja tempo hábil para análise.

Em relação a essa solicitação, Fabrício Rodrigues, membro da comissão responsável pela consolidação do relatório, expressou que os prazos para a realização dos procedimentos são exíguos, e que estes não podem ser alterados, em função das normativas de elaboração do TCU, que são expedidas ainda em período próximo ao da apreciação pelo conselho.

O presidente acrescentou que as indicações, principalmente de natureza técnica, poderiam ter sido encaminhadas diretamente à comissão, desde o período em que o documento foi enviado pela assessoria do conselho, no dia 15 de março, conforme especificado no e-mail.

Logo depois, José Bispo Barbosa, presidente deste conselho, realizou esclarecimentos em relação a alguns apontamentos dos conselheiros, entre eles, disse que é preciso considerar o complicado cenário financeiro e orçamentário vivenciado em todo o país, que dificultou a concretização efetiva de muitas ações previstas para o ano de 2015. Adiantou que pode ainda haver um corte de mais de 10% no orçamento de custeio nas instituições federais. Nesse contexto, ele expressou que a instituição avançou na arrecadação própria, entretanto o governo não liberou aproximadamente 2 milhões de reais da instituição. Ele sublinhou que a autonomia orçamentária e financeira de cada unidade é respeitada, sendo, portanto, a equipe gestora do campus a responsável por determinar a área em que serão destinados os recursos.

Em relação ao alto valor destinado à assistência estudantil não executado, o presidente disse que o empenho não foi feito em função do longo período de greve; ele acrescentou que esse recurso é carimbado, isto é, só pode ser utilizado para esse fim.

José Bispo reconheceu o alto índice de evasão e reforçou que a responsabilidade pelo combate é de toda a comunidade interna.

Acerca das ações de sustentabilidade, o presidente disse que os projetos de layouts seguem as normas da ABNT e acrescentou que alguns equipamentos não foram adquiridos em função do alto preço.

Sobre a aplicabilidade do Q-Acadêmico, ele falou que os servidores devem ser capacitados para que haja uma eficiente utilização, aproveitando todas as suas funcionalidades.

O presidente salientou que é primordial estruturar o trabalho da comissão responsável pela sindicância e processo administrativo disciplinar, bem como de ouvidoria, destacando, contudo, que para isso o instituto necessita de mais servidores, e no momento há dificuldades para liberação de código de vagas pelo MEC.

No que tange à regularização da jornada de trabalho dos servidores que trabalham em setores responsáveis pela execução de tarefas típicas da administração, ele disse que não é de competência do conselho superior deliberar sobre área de pessoal. Em seguida, informou que haverá amanhã na reitoria reunião para debater sobre o assunto, com representação da Procuradoria Federal, Tribunal de Contas e da Controladoria Geral do MT. A reunião será transmitida via webconferência.

O Conselheiro Ruy de Oliveira reclamou que, apesar de sua solicitação prévia, não foram submetidos ao Conselho o plano de ações e a proposta orçamentária de 2015, documentos fundamentais para subsidiar a análise do relatório de gestão. Ele também disse que não houve tempo hábil para um aprofundamento no conteúdo do relatório. Por essas razões, o conselheiro informou que se absteria na votação do relatório.

O presidente disse que a peça orçamentária da instituição pode ser apresentada em reunião assim que for consolidada, mas expressou que ela já vem instituída de Brasília, sendo possível fazer apenas a alocação dos recursos. Ele frisou que cabe à gestão de cada unidade a destinação dos recursos.

O Conselheiro Ruy de Oliveira reiterou que o intuito da apresentação dos documentos solicitados é fornecer subsídios para avaliação do relatório de gestão. Esclareceu que não estava dizendo que a reitoria deveria retirar a autonomia do campus, mas sim incentivar o desenvolvimento dos campi, a fim de viabilizar a política de desenvolvimento do IFMT. Caso contrário, o conselheiro disse não ver a razão de ser de uma reitoria.

Na sequência, submetido à votação pelo presidente, o **Relatório de Gestão do Exercício de 2015 foi aprovado**, com 6 (seis) abstenções, dos conselheiros Matheus Ribeiro, Suzana Silva, Samuel Ferreira, Celso Lima, Ruy de Oliveira e Claudionor Nunes.

O presidente informou que o documento passará por nova revisão para adequações técnicas, antes do encaminhamento ao tribunal de contas, podendo os conselheiros remeter contribuições. Ele disse, ainda, que responderá oficialmente a cada ponto elencado pelos conselheiros.

Alguns conselheiros contestaram a postura do presidente de não seguir a ordem correta da reunião e de não atender à solicitação do conselheiro Ruy de Oliveira para que a parte de informes gerais da reunião fosse colocada após a votação do relatório de gestão, conforme o presidente havia concordado quando solicitado pelo conselheiro Ruy de Oliveira. O conselheiro Evertom Almeida solicitou que fosse instaurada uma comissão para elaborar as normas do processo eleitoral para escolha do reitor e diretores de campus deste instituto. O presidente respondeu que não é o momento para se abrir o processo eleitoral por que isso será feito por ele com a devida antecedência. O conselheiro Ruy de Oliveira interveio dizendo que ele entendeu que a proposta do conselheiro Evertom Almeida se referia apenas à elaboração das normas eleitorais e não à deflagração do processo eleitoral. O conselheiro Ruy de Oliveira disse ainda que esse regulamento, com um calendário bem definido, é importante para se garantir que a eleição não ocorra de forma atropelada como vem ocorrendo nas últimas eleições da instituição, e que o presidente

deveria consultar os demais conselheiros presentes.

O conselheiro Ruy de Oliveira acrescentou que gostaria de informar aos demais conselheiros que haviam tomado posse no dia anterior que uma série de pedidos que ele vem fazendo ao Conselho não têm sido sequer respondidos pelo presidente do Conselho, como o pedido, feito há 2 anos, para criação de quatro comissões para revisar o Estatuto do IFMT, o Regimento Geral, o Regulamento de Atividades Docentes e o Regimento Interno do Consup. Esclareceu que teve recorrer ao Serviço de Informação ao Cidadão (e-sic) da CGU para obter informações a respeito de seus pedidos não respondidos até a data pelo presidente do Conselho. Na visão do conselheiro, isso é inadmissível, considerando que ele foi eleito para representar seus pares no Conselho. Depois de muitas discussões ficou acordado que o assunto entrará na pauta da próxima reunião agendada para o dia 19 de abril de 2016, bem como a criação de calendário de reuniões ordinárias do conselho.

A próxima reunião será realizada, conforme deliberação do Conselho, no dia 19 de abril, em caráter extraordinário.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PARA RELATORIA

- Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna no IFMT (RAINT) – Exercício 2015 – Processo nº 23188.007510.2016-38;

Processo distribuído para o Conselheiro Ruy de Oliveira

- Recurso administrativo ao Consup – pagamento de férias aos professores afastados para pós-graduação – Exercício 2015 – Processo nº 23191.034387.2015-98;

Processo distribuído para o Conselheiro Evertom Almeida

- Regimento Disciplinar Discente do IFMT – Processo nº 23188.007511.2016-82;

Processo distribuído para o Conselheiro Osvaldo Júnior

- Deflagração do Processo Eleitoral CIS/PCCTAE – Processo nº 23188.007513.2016-71.

Processo distribuído para o Conselheiro Vinícius Arantes, Matheus Ribeiro e Ali Veggi

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às 12h30min.

CONSELHEIROS TITULARES

NOME

ASSINATURA

JOSÉ BISPO BARBOSA Presidente	
RUY DE OLIVEIRA Docente	
MARIA ANUNCIATA FERNANDES Docente	
CLAUDIONOR NUNES CAVALHEIRO Docente	
WALDINEIA LEMES DA CRUZ ALVES Docente	
FRANCIOLY MARCOS BATISTA SIQUEIRA Docente	
ALI VEGGI ATALA JUNIOR Técnico-Administrativo	
VINÍCIUS DE MORAES ARANTES Técnico-Administrativo	
CLAUDIA MARQUES DA PAZ DOS SANTOS Técnico-Administrativo	
EVERTOM ALMEIDA DA SILVA Técnico-Administrativo	
EVANDRO MACIEL GARCIA Técnico-Administrativo	
MATHEUS RIBEIRO DE MOURA Discente	
GABRIEL VINÍCIUS BENITEZ Discente	
ANDRÉ LUIS SODRÉ FERNANDES Discente	
SAMUEL FARIA FERREIRA Discente	
OSVALDO JÚNIOR CAVALCANTE SILVA Discente	
CELSO OLIVEIRA LIMA JÚNIOR Egresso	
SILVANIA MARIA DE HOLANDA Sociedade Civil – FIEMT	
IRONE GALINDO CADEMARTORI Sociedade Civil – FECOMÉRCIO	
LUIZ SIMÃO STASZCZAK Ministério da Educação	
DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM Colégio de Dirigentes	
GLAUCIA MARA DE BARROS Colégio de Dirigentes	
SUZANA APARECIDA DA SILVA Colégio de Dirigentes	
CONSELHEIROS SUPLENTE (EM TITULARIDADE NESTA REUNIÃO)	
NOME	ASSINATURA
JOSÉ LUIZ DE SIQUEIRA Colégio de Dirigentes	
CELSO SEBASTIÃO CRUZ Sociedade Civil – SRTE / MT	
REDATOR DA ATA DO CONSUP/IFMT	
EWERTON VIEGAS ROMEO MIRANDA Revisor de Textos	
SECRETÁRIA DO CONSUP/IFMT	
NOME	ASSINATURA

